



**Memória e apagamento
no imaginário dos telejornais**

Renata Marcelle Lara Pimentel

Memória e apagamento no imaginário dos telejornais*

Memory and the erasure in the imaginary of TV news

Renata Marcelle Lara Pimentel**

Resumo: *As relações simbólicas entre memória e apagamento constituem o imaginário dos telejornais. Orientado pela perspectiva materialista do discurso, este trabalho analisa a conjunção verbal-visual como materialidade específica dos telejornais, buscando observar o trabalho da memória (interdiscurso) e do apagamento/silenciamento de sentidos em meio à produção do efeito notícia na textualização telejornalística envolvendo o governo Lula, Aldo Rebelo e o Partido Comunista do Brasil. Para tanto, adota como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso, de linha francesa, fundada pelo filósofo Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil a partir dos estudos da linguista Eni Orlandi.*

Palavras-chave: *Imagem, interdiscurso, memória, telejornal.*

Abstract: *Symbolic relations between memory and erasure compose the imaginary in television news broadcasts. By adopting the materialist perspective of discourse analysis, this study focuses on the verbal-visual connection as specific materiality of TV news, to find out how memory (interdiscourse communication) and deletion of senses work within the news-effect in journalistic text production involving the Lula government, Aldo Rebelo and the Communist Party of Brazil. The theoretical method used is the French Discourse Analysis, founded by philosopher Michel Pêcheux and developed in Brazil by the studies of linguist Eni Orlandi.*

Key-words: *Image, interdiscourse, memory, television newscasts.*

* Este trabalho apresenta resultados parciais da tese de doutoramento da autora.

** Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Docente do curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda e do curso de pós-graduação em Comunicação, Publicidade e Negócios do Centro Universitário de Maringá – Cesumar. Membro do Grupo de Pesquisa Gepomi (Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos), da Universidade Estadual de Maringá – UEM, e do Grupo de Pesquisa Discurso, ciência e historicidade, da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás. E-mail: renatamlara@yahoo.com.br.

Introdução

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível.

Michel Pêcheux (1990, p.8)

Este texto se marca na confluência de dois momentos simbolicamente constitutivos. Um deles situa o percurso realizado para o estudo da imagem nos territórios próprios da Análise de Discurso (AD) francesa *pechetiana*, em meio a inserções e interrogações teóricas e metodológicas que possibilitem compreender a linguagem visual como discurso. Desafio que se impõe na atualidade frente a um cenário ainda pouco investigado nos domínios da AD, inclusive no que tange à construção de um método próprio de análise dessa materialidade não verbalizável. O outro momento, já considerada a imagem em sua discursividade própria, leva a ampliar as possibilidades de interfaces com outros campos do conhecimento ou domínios teóricos, suscitando problematizações, re-configurações e deslocamentos, isto é, colocar em cena o incômodo contínuo requerido de cada um de nós, a *nós* e aos *outros*, nesses entremeios discursivos.

Resguardadas as especificidades de cada referencial teórico-metodológico que se volta à compreensão dos sentidos da imagem, nela e a partir dela, este estudo se funda numa perspectiva materialista da língua em sua inscrição na história. Considera que toda formulação, seja ela verbal ou visual, é atravessada por uma memória que a constitui, produzindo determinados efeitos de sentido.

Orlandi (2000) explica que há um já-dito sustentando a possibilidade de todo dizer. O interdiscurso, como memória discursiva – “‘algo (*ça parle*) fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”, conforme Pêcheux (1997, p.162, grifo do autor) –, determina os sentidos

da formulação que corresponde ao intradiscurso, quer seja, aquilo que se diz num dado momento sócio-histórico em determinadas condições. Trata-se do primado do interdiscurso sobre o intradiscurso, como teoriza Pêcheux (1997). Como todo discurso, o telejornalismo se encontra na confluência entre o eixo da constituição dos sentidos (interdiscurso), pelo funcionamento da memória discursiva, e o eixo da formulação dos sentidos (intradiscurso), formulação na qual se atualiza. Confluência esta explicitada por Orlandi (2000), com base em Courtine (1984).

Sobre a memória social, Mariani (1998) explica que se trata de um processo histórico advindo de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou passados em que uma das interpretações se sobressai no apagamento (funcionando pela não visibilidade) das outras. Nas práticas de fixação de uma memória, seja esta oficial ou não, o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado se emaranham. Parafrasticamente, eu diria que o que pode e deve ser dito já está determinado pelo que não pode e não deve ser dito. Mariani (1998, p.36) compreende que “[...] o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao ‘status quo’ vigente”. De outra forma, “não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória ‘oficial’”.

Em meio a essas pontuações, realizar o estudo de imagens visuais mediante um trabalho de recortes de imagens em *frames* fotográficos pelo estabelecimento do jogo descrição e interpretação, possibilita explorar o funcionamento imaginário na materialidade visual para compreendê-la em sua discursividade. O estudo que apresento explora essa especificidade da imagem já na sua relação constitutiva com o verbal, no telejornalismo, considerando que a materialidade específica dos telejornais é verbal-visual; isto é, funciona por um trabalho de *composição* de duas materialidades na configuração de uma materialidade própria ao meio televisivo, de forma mais específica, do telejornal.

Busco observar como, em meio a essa conjunção, sentidos se *in*-vibilizam na confluência entre expor à visibilidade (o que pode e deve ser

dito) e apagar ou silenciar (o que não pode e não deve ser dito). Como materialidade, focalizo o discurso verbal-visual em funcionamento no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Record*, em noticiário envolvendo o governo Lula e, de forma mais específica, Aldo Rebelo, então presidente da Câmara dos Deputados e integrante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Aldo Rebelo, em relação a todo um imaginário suscitado em torno de partidos de esquerda e os sujeitos aí inscritos e que aí se inscrevem. O incômodo que leva a tal investigação é motivado pelo interesse em saber como determinados sentidos se sustentam no apagamento/silenciamento de outros, no encontro entre verbal-visual, produzindo o efeito de objetividade, obviedade e verdade.

Textualizações à análise

Num processo de análise considera-se, segundo Orlandi (2000), a língua em sua perspectiva material (sujeita a equívocos em meio à historicidade), o que é institucional (formação social) e o mecanismo imaginário (jogos de imagens – as imagens que cada um tem de si e do outro e também do objeto discursivo sobre o qual ou a partir do qual se fala). Diferem-se, portanto, *lugar social de posição no discurso*. Nesse jogo imaginário, não são os lugares físicos que significam como tais, mas as imagens resultantes de projeções discursivas, já considerados os contextos sócio-históricos e o interdiscurso (memória estruturada pelo esquecimento).

Segundo Pêcheux (1997, p.162),

[...] o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Analicamente, portanto, conforme observado em Orlandi (2000), busca-se passar da superfície linguística (texto) para o objeto discursivo (formação discursiva) e deste para o processo discursivo (formação ideológica). Esse procedimento põe em evidência que todo dizer se relaciona com um não dizer.

Estando os dizeres sempre em aberto, embora tomados por um efeito de fechamento dos sentidos, o jogo parafrástico – como procedimento analítico que emprego na análise dos telejornais – permite o entendimento de que não só há outras formas de dizer o mesmo, de lugares enunciativos iguais ou diferentes, e de posições-discursivas idênticas ou outras, como também de que tais formas podem produzir um efeito de equivalência, pela exposição repetida em determinadas materialidades. Contraditoriamente, também pode levar a efeitos de sentidos diferentes. Ainda, *des-territorializa* e *des-evidencia* um acontecimento ao visualizar diferentes versões para ele, a ponto de não ser possível discernir, mesmo sob o efeito da técnica jornalística, uma separação entre *fato* e *versão*. *Fato*, no ritual de linguagem telejornalístico é, pois, fruto de uma ilusão, posta em funcionamento na relação com o telespectador.

Constituída por “faltas e lacunas”, a memória discursiva não é linear, como explica Mariani (1998, p.42). O que faz com que a notícia veiculada por um telejornal resulte num efeito de realidade são as interpretações dos sujeitos institucionais que enunciam dos lugares institucionalizados, entre outros, de repórter, já tomado pela posição-jornalista, na interdição e no apagamento da autoria. Esta, compreendida como função-autor e efeito-autor. Gallo (2008) esclarece que estes são dois níveis nos quais a autoria pode ser observada pela Análise de Discurso. A função-autor diz respeito ao nível enunciativo-discursivo, e está relacionada com a posição-sujeito. Num nível discursivo por excelência encontra-se o efeito-autor, definido pela pesquisadora, em trabalho anterior, como “o efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante”. (GALLO, 2001, p.2).

As interpretações são produzidas no processo de conjunção entre as materialidades verbal e visual, em meio a uma profusão de

jogos de *imagens* (funcionamento imaginário) na relação com o telespectador. Foi ao observar, no imbricamento dessas materialidades, “o processo de textualização do discurso que sempre se faz com ‘falhas’, com ‘defeitos’”, conforme Orlandi (2001, p.64), que foi possível ver as diferentes versões sendo construídas. Estas, resultantes de interpretações dos sujeitos institucionais, negados como autores possíveis. Por isso, a análise requereu compreender a conjunção, considerando a influência interpretativa dos sujeitos, em lugares enunciativos específicos de funcionamento, interdição e apagamento da autoria, em suas posições no discurso, na produção do efeito de noticiabilidade.

Jogos de imagens em funcionamento ritual

Na *apresentação* do telejornal, a notícia se esboça e se expõe, se textualiza *na* circulação, imbricada na imagem do apresentador. Tal imagem é recorrente na noticiabilidade. Por mais que se inscrevam outras imagens, *cenários de realidade*, marcando, significando e afirmando eventos na continuidade da voz do apresentador, é na retomada à sua imagem que o ritual de apresentação acontece. A imagem-visual do apresentador organiza, para o público, as partes do telejornal no conjunto-*telejornal*, de modo a configurar a imagem do telejornal.

Reiteradamente, na *reportagem*, a voz (*off*) do repórter é que funciona, de forma marcada, como *organizadora* do efeito notícia. O encontro entre a sua voz e imagens *cenários de realidade* expõe, na recorrência do *off*, uma realidade se dizendo. As imagens “falam por si” (como efeito) na medida em que são ditas pela voz do repórter. É ela, por meio dela, que a dispersão, constitutiva de toda linguagem – porém, mais suscetível na imagem – é contida, e a coerência exigida *do* discurso jornalístico, e *por* ele, se impõe.

Dizendo de outra forma, enquanto na *apresentação* do ritual telejornalístico a imagem-visual da apresentadora, na relação com a oralidade, sustenta o efeito notícia no reconhecimento público da legitimidade dessa função – fruto de uma identificação visual – na *reportagem* tal efeito, também produzido da posição-jornalista, afeta o *telespectador*, ritualisticamente, pela imagem-repórter retornada na voz desse sujeito institucionalizado. Em conjunção a outras imagens, inscreve e sustenta “o verdadeiro do telejornalismo”, resultante de um efeito de correspondência entre notícia e realidade, como se a realidade noticiada existisse independente do sujeito de linguagem.

Para análise das versões construídas do lugar enunciativo de repórter, parto das *reportagens*¹ do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record*, que noticiam, no dia 13 de novembro de 2006, a assunção interina da Presidência da República por Aldo Rebelo, então presidente da Câmara dos Deputados e membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Rebelo assumiu a Presidência da República, por um dia, devido à ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no país, em viagem à Venezuela, e da indisponibilidade do vice-presidente, José Alencar, em tratamento médico nos Estados Unidos. No caso dessas impossibilidades descritas, a Constituição brasileira prevê que o presidente da Câmara dos Deputados é o segundo na linha de sucessão. A assunção figura, portanto, nesses telejornais, por essa mera *casualidade*, ao se fazer advir, constantemente, que o primeiro comunista a alcançar a Presidência de uma democracia ocidental, sem revolução ou golpe de Estado, só estaria assumindo devido à ausência do presidente e do vice-presidente da República, interditando qualquer possibilidade de, em algum momento na história, o PC do B chegar à Presidência por eleições diretas.

No *Jornal Nacional*, o noticiário envolvendo Rebelo foi primeiramente enunciado em *passagem de bloco*. No *Jornal da Record* foi explorado como notícia já na *escalada* (manchetes de abertura). Em ambos os telejornais, a divulgação em torno de Rebelo se inscreve num

¹ Os *frames* apresentados neste artigo são recortes de imagens veiculadas nos referidos telejornais, gravados, diretamente, no momento de sua circulação em rede nacional, por uma empresa de *clipping* audiovisual.

trajeto temático que focaliza o governo Lula, política e economicamente. O motivo gerador da possibilidade de se ter notícia, nesse caso, advém desse outro acontecimento noticiado na *escalada* pelo *JN* e *JR*, esboçado em torno da viagem de Lula à Venezuela, para participar de um evento público, juntamente com o presidente venezuelano Hugo Chávez, a poucos dias das eleições presidenciais naquele país. Chávez concorreria ao seu terceiro mandato consecutivo. Lula, há menos de quinze dias, havia sido reeleito presidente, no Brasil.

Na *reportagem* do *Jornal Nacional*, a causalidade quanto a Rebelo assumir a Presidência se explicita na *passagem do repórter* (Figura 1). A eficácia do efeito notícia advém do encontro entre a posição-repórter – cuja autoridade para dizer sustenta a ilusão de um dizer autônomo –, e a expressividade gestual, além da eloquência na significação do texto verbalizado.



Figura 1 - *Passagem do Jornal Nacional*: “Aldo Rebelo sabe que assumiu o exercício da Presidência por uma **casualidade**. O PC do B é um partido com tradição política, **mas com pouca representação**. **Nem conseguiu superar** a barreira mínima de votos na eleição de outubro. E terá sua atuação parlamentar prejudicada. Por isso, Aldo Rebelo **se propôs a ser discreto** na função de presidente.”²

² As partes em negrito indicam intensificação enfática na narrativa.

Os caracteres, na condição de materialidade verbal escrita, se inscrevem na imagem como assinatura do dizer oralizado e da própria imagem representativa do sujeito repórter. Estabelece a relação necessária entre fala, imagem-visual e imagem-institucional³, pondo em funcionamento, na função-repórter, a posição-jornalista, que sustenta o dizer institucional como legítimo.

Ao mesmo tempo, para que tal legitimidade funcione, apaga-se a autoria, tanto coletiva quanto individual, pela institucionalização do sujeito. Não é o sujeito Tônico Ferreira quem assina, mas o repórter Tônico Ferreira, identificado pelo vínculo institucional ao *JN*, localizado e inscrito geograficamente numa cidade, e num lugar delimitado nessa cidade. Esse encontro entre verbal e imagem, em relações institucionais, torna autônomo o dizer pelo próprio vínculo institucional. A emissora dá nome (representatividade-autoridade) ao repórter, e ele dá nome (representatividade-autoridade) à emissora, nomeando-se e institucionalizando(se). A nomeação faz parte desse processo de reconhecimento da autoridade *do* dizer, *para* dizer.

A postura gestual expressiva do repórter, seja como componente da materialidade da imagem ou elemento constitutivo da oralidade quanto à entonação da voz, no destaque a certas palavras, participa da produção dos sentidos da notícia. As relações conjuntivas do lugar enunciativo de repórter, em imbricação material com a gestualidade expressiva, e a escrito-imagem⁴ na sustentação da representatividade institucional(izante), produzem a eficácia do efeito verdade, institucionalmente construído, no silenciamento da memória constitutiva do Partido Comunista do Brasil, no Brasil, e na filiação a uma memória midiaticamente estereotipada, quanto a tal partido.

Na interpretação jornalística sustentada no encadeamento das relações conjuntivas advém a negativização de Aldo Rebelo na negação do Partido Comunista do Brasil. A atribuição “**sabe que**”, imputando a Rebelo um “auto-conhecimento”, sustenta o efeito de *reconhecimento*

³ A imagem visual se refere à imagem visualizada na tela, enquanto a imagem institucional diz respeito ao imaginário funcionando em termos de legitimidade na relação com o público.

⁴ Estou considerando por *escrito-imagem* a escrita em seu funcionamento como imagem.

da “casualidade” como evidência, e, portanto, posta como inquestionável. A adversativa “**mas**” destitui do PC do B a força política, apesar do tempo de sua existência, reduzindo tradição a temporalidade. O “**Nem**” expõe limitações do partido, apontando uma insignificância pelo próprio gestual do repórter. O “**E**” intensifica tal insignificância, de modo que, “**Por isso**”, justifique a discrição de Rebelo como forma de *auto-reconhecimento* dessas limitações. Discrição que funciona como barreiras intransponíveis, no discurso do repórter.

A negação e negativização de Rebelo e do PC do B se reitera na contínua reafirmação dessa “casualidade”, sustentada no apagamento, no verbal e na imagem, de suas histórias. Também, na inscrição, no sujeito-popular, do desconhecimento da trajetória política de Rebelo e de seu partido, como se tal desconhecimento justificasse uma insignificância dele e do PC do B. Ainda, na banalização da assunção de Aldo Rebelo ao posto da Presidência da República, como podemos observar nas conjunções seguintes (Figuras 2 e 3):



Figura 2 - Início do Off1: “Comitiva oficial... Viagem em jato da Presidência... [...]”



Figura 3 - Continuação do Off2: “[...]. Um dia inesquecível para Aldo Rebelo, alagoano de 50 anos, hoje, no exercício da Presidência da República. [...]”

Nesses recortes, observa-se a posição-sujeito em funcionamento pela forma como as imagens casadas ao texto verbal constroem gestos de interpretação que esvaziam a prática presidencial de Rebelo e os sentidos nela inscritos. “Um dia inesquecível para Aldo Rebelo” se reduz, na interpretação do repórter, ao usufruto de regalias presidenciais, como explicitado por “comitiva oficial” e “viagem em jato da Presidência”, além de posar para fotografias. Silenciam-se outros sentidos *nesse e para esse* dia quanto à trajetória política de Aldo Rebelo e à história do PC do B. Além disso, a apresentação de Rebelo como “alagoano de 50 anos” figura como espécie de registro civil de sua existência física, invisibilizada no cenário popular.

No recorte abaixo (Figura 4), o desconhecimento do *sujeito-popular* afirma um desconhecimento *popular*, e a invisibilidade de Aldo Rebelo e do PC do B no atual cenário nacional.



Figura 4 - Recorte do Jornal Nacional: enquête do repórter nas ruas

Repórter: “Quem que tava aí, você sabia ou não?”

Popular: “Não. Sabia não.”

Repórter: “Presidente da República.”

Popular: “O Lula?!”

Repórter: “Aldo Rebelo.”

Popular: “Aldo Rebelo? Mas quem é esse Aldo Rebelo?”

Aqui, abro um parêntese para retomar uma interrogação realizada por Pêcheux (1990, p.8) em *Delimitações, inversões, deslocamentos*: “Abstrações como ‘o povo’, ‘as massas’, ‘o proletariado’, ‘a luta de classes’ podem ser mostradas (pintadas, filmadas ou televisionadas) enquanto conceitos, sem disfarces? E não ocorre o mesmo com o inconsciente freudiano?” Por mais que, nessa reportagem do *Jornal Nacional*, se fechem os sentidos no apagamento da trajetória de Rebelo, retorna na imagem-visual de Rebelo, conjugada à materialização verbal de “alagoano”, sua origem nordestina, tal como o pernambucano Lula, somada à sua inscrição no Partido Comunista do Brasil. Origem que reinscreve na história a história de Rebelo, cuja imagem, visual ou imaginária, fora invisibilizada também *na e pela* ação e omissão da mídia.

Ao mesmo tempo, a popularidade de Lula ressurgue no contexto *popular*, por expressão do próprio *popular*, seja na espontaneidade do gestual ou no tom de voz da exclamação interrogativa de surpresa, mesmo que, nesse cenário de noticiabilidade, tal imagem de popularidade seja possível apenas no apagamento da imagem de Aldo Rebelo. Lula, antes mesmo de ser presidente, já era conhecido como líder metalúrgico, filiado ao partido que fundou, e que ganhou visibilidade no cenário nacional; ao contrário do que se busca significar quanto a Rebelo e ao PC do B.

O estabelecimento de um vínculo do PT (Partido dos Trabalhadores) e de Lula ao PC do B se dá no encontro entre a imagem e o verbal. O comunismo é silenciado (se silencia) enquanto tal, mas os sentidos que representa *na/pela* direita mantêm-se em funcionamento, vinculados à esquerda, como oposição. Na imagem em preto e branco, na qual Rebelo aparece entre Lula e Luiza Erundina, a fixação de uma memória oficial sobre o comunismo no Brasil se põe em funcionamento, associando a

esquerda petista a tal comunismo. O verbal se valida nesse encontro com a imagem quando Rebelo (Figura 5) é identificado como “presidente da Câmara” e “membro do Partido Comunista do Brasil, o PC do B”. É, assim que o repórter responde inicial e finalmente à interrogação do sujeito-popular: “Aldo Rebelo? Mas quem é esse Aldo Rebelo?”



*Figura 5 - Início do Off2:
“Ele é deputado há 16 anos e é presidente da Câmara. [...]”*

A longa trajetória política de luta, movida por ideais, encarnada na imagem, seja no preto e branco retomando um passado longínquo ainda hoje ressoante, exibido em seus traços de realidade, seja nos militantes de esquerda, nas figuras de Lula, Rebelo e Erundina, ou no gestual, pelo braço direito erguido no sentido avante (Figuras 6 e 7), se reduzem, na interpretação jornalística, aos lugares sociais hoje ocupados por Rebelo no PC do B e na Presidência da Câmara.



Figuras 6 e 7 - Final do Off2: “[...] Rebelo é membro do Partido Comunista do Brasil, o PC do B”

A menção aos 16 anos no cargo de deputado não justifica, simplesmente, a Presidência da Câmara. Sustenta a invisibilidade pública marcada no desconhecimento popular, já que Rebelo está há anos na política, mas seu nome “sequer é conhecido pelo povo”, conforme textualização jornalística. O efeito de *insignificância* política de Rebelo e de seu partido, apoiando-se no desconhecimento do popular, sustenta a própria *invisibilidade* de Rebelo produzida pelo gesto de interpretação do jornalista.

Na imagem da *sonora* de Aldo Rebelo (Figura 8), ao final da *reportagem*, ele é identificado, na legenda, por: **“DEP. ALDO REBELO PC do B-SP”**. Logo abaixo, **“pres. em exercício”**.



Figura 8 - Imagem do deputado Aldo Rebelo durante sonora no telejornal

Igualmente em caixa alta, e sem qualquer pontuação separando-os, o nome Aldo Rebelo é emendado à sigla PC do B. Tal continuidade gera uma *re-nomeação* de Aldo Rebelo, passando a significá-lo pelo “novo sobrenome”, ou seja, a própria sigla do partido que representa.

Entre o nome Aldo Rebelo, significado como ausente do imaginário popular, e o nome PC do B, em funcionamento negativizado nesse imaginário, de modo a mantê-lo silenciado, o partido, em cuja interpretação jornalística retoma uma memória oficial, é quem passa a dar visibilidade a Rebelo, apagando-se as trajetórias políticas nos quais se constituem. Ressalta-se que a inserção de caracteres não se dá na função-repórter, sendo feita, geralmente, por um técnico, que põe no ar a legenda no momento mesmo da circulação do ritual.

Repete-se na *reportagem* do *Jornal Nacional* o esvaziamento de sentidos produzido na textualização da *passagem de bloco*, quando Rebelo é visibilizado como “o primeirão”. No texto verbal da *passagem* do *JN*, “E um presidente **comunista** / entra para a história da nossa República”, presidente comunista, conjugado à imagem, do qual a escrita “o primeirão” se faz constitutiva, só pode significar, na interpretação jornalística, o ineditismo de um comunista estar na Presidência da República, mas, ao mesmo tempo, já justificado como mera casualidade, tal como se apresenta, antecipadamente, na *cabeça da matéria* (espécie de abertura/chamada da matéria, narrada pelo apresentador).

Na *reportagem* de Christina Lemos, do *Jornal da Record* (Figura 9), dois eixos centrais estruturam a notícia: a constante demarcação opondo *esquerda* e *direita*, e a contínua reafirmação da excepcionalidade e da fugacidade de um comunista na Presidência da República. Mesmo de forma menos explícita ou menos banalizada do que no *JN*, a conjunção material ainda produz um apagamento de outros sentidos para o comunismo que não o da retomada de uma memória oficial sobre ele.

Ao mesmo tempo em que a discrição é explicitada como própria ao estilo de Rebelo, retoma a ideia de fugacidade dessa assunção à Presidência da República, sustentada na casualidade em que isso se deu, também pelas “brechas” da democracia. A impossibilidade de ao menos se pensar em sentar na cadeira presidencial não é apenas a reafirmação da fidelidade ao “estilo discreto”, mas a ação de uma memória oficial quanto ao comunismo, que interdita possibilidades de que um Brasil em regime democrático seja conduzido por um comunista.

Desse lugar enunciativo de repórter se produz os mesmos efeitos de sentido que se puseram em funcionamento, anteriormente, quando se enunciou do lugar de apresentadora. Na *escalada* do *JR*, a apresentadora Adriana Araújo verbaliza: “Aqui no Brasil, **o dia do primeiro comunista** a ocupar a Presidência da República”.

Não se trata do dia em que um comunista assumiu a Presidência da República, em sua historicidade significativa, mas de um único dia,

portanto, como uma marcação de efemeridade, do primeiro comunista a ocupar a Presidência da República. Quanto a ser inusitado um comunista assumir a Presidência, a *cabeça da matéria*, por si só, já interdita outros sentidos possíveis que não o de mera casualidade resultante do inesperado, e da regulamentação brasileira em sua constituição democrática.



Figura 9 - Passagem do Jornal da Record: “**Fiel ao estilo discreto**, Aldo Rebelo trabalhou todo o dia **numa salinha** ao lado à do gabinete do presidente Lula. Sentar na cadeira presidencial, **nem pensar**. Mas mesmo com todo o esforço para evitar o oba-oba, Rebelo não escapou do assédio do **próprio partido**”

Os trechos da *sonora* (entrevista) de Rebelo, veiculados no *JR* e no *JN*, buscam validar o que seria uma “brecha” na democracia. Isso considerando que, embora em um país democrático todos os partidos tenham direito a concorrer à Presidência da República, a fixação de uma memória em torno de comunismo e a sua naturalização, também por ação da mídia, no imaginário social, interdita, inclusive, pensar nessa possibilidade a não ser pelo que foi exposto, ainda de forma mais enfática no *JN*, como uma “casualidade”.

Recortes de Sonoras:

Sonora de Aldo Rebelo (*JR*): “Assumir a Presidência da República, na minha condição de integrante do Partido Comunista, **também é uma demonstração do amadurecimento da nossa democracia.**”

Sonora de Aldo Rebelo (*JN*): “Essa fugaz e breve passagem é um **testemunho de que a democracia no país é possível; que ela não ameaça ninguém, e que, pelo contrário**, nós podemos fazer um país cada vez melhor se ele for cada vez mais democrático.”

No *Jornal Nacional*, a “ausência de ameaça” vem assegurada na negativização do PC do B, na afirmação de sua baixa representatividade, e também por destacar uma *invisibilidade* de Rebelo no imaginário popular. No *Jornal da Record*, a afirmação da abertura democrática também sustenta a negação do comunismo nessa democracia, marcadamente separada entre direita e esquerda, pela casual e fugaz passagem de Rebelo. Contudo, há pontos de deriva nessas verbalizações, que apontam para outros sentidos, não só de como Rebelo (se) significa nesse momento, mas também como o comunismo (se) significa (n)a democracia brasileira, para além de uma mera casualidade. Como afirma Orlandi (2007, p.67), não há um total desaparecimento daquilo que foi censurado. “Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites”.

Considerações finais

No trajeto temático analisado, a *des*-superficialização do *corpus* bruto, levando à construção do objeto discursivo, apontou para o funcionamento de formações discursivas de negativização em torno dos movimentos políticos de linha popular, dos governos de esquerda e dos movimentos populares, calcadas numa democracia burguesa, marcada na divergência partidária, no meio da qual o povo é apenas instrumento do poder, como se não impusesse resistência (em meio) às relações de poder. Nesse sentido, as formações ideológicas se fazem na referência a concepções e conceitos naturalizados de poder, popular, democracia, esquerda, comunismo, socialismo e populismo.

No funcionamento parafrástico dos telejornais da Globo e da Record, observou-se que, embora se pudessem formular diferentes versões ou quase sempre se sustentar as mesmas versões *em* outras formulações ou *por* outras formulações telejornalísticas, as imagens do governo Lula, resultantes desse processo, não chegavam a marcar-se na diferença de um telejornal para outro, de um lugar enunciativo a outro.

O dizer pode apagar e silenciar, assim como a falta de dizer pode explicitar. O jogo parafrástico mostrou que por mais que a imprensa não invente, a notícia é sempre uma interpretação, uma versão entre outras, e não “a verdade”, como se fosse única e exclusiva. Há acontecimentos e estruturas significando-se e sendo significados por gestos de interpretação de sujeitos que, ao significar, de um dado lugar, numa dada posição, funcionam e (se) significam pela autoria, na autoria, e interditados *nela* e *por* ela. Portanto, a realidade mostrada já é uma construção interpretativa tomada pelo institucional, resultando também de um efeito de equivalência produzido pela forma como as imagens são apresentadas, na relação com o texto verbal, em sua condição de notícia.

Tal percurso mostrou que os sentidos da notícia não são determinados pelo verbal ou pela imagem, isoladamente. Outros sentidos

possíveis, em funcionamento na imagem e também no verbal, embora possam ser apagados e silenciados no encontro dessas materialidades, pela interdição da autoria, que funciona apagada, continuam lá, fazendo sentido *no interior do sem-sentido*. Os limites entre o que pode o que não pode ser dito, entre o que é dito e o não-dito inscrito nesse dizer, se definem na *composição*. Esse é o ponto *incontornável* do telejornalismo. Alusão aos *dois pontos incontornáveis* formulados por Pêcheux (1997, p.304): “não há dominação sem resistência” e “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en Analyse de Discours. **Philosophiques**, Paris, v.9, n.2, p.239-264, 1982.

GALLO, Solange. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In: SOUZA, Ismara Eliane Vidal de (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008. p.205-214.

_____. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.1, n.2, jan./jun. 2001. p.1-3.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Edunicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2000.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos.
Campinas: Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre
et al. **Papel da memória**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2007. p.59-67.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos.
Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19, p.7-24, jul./dez. 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio.
3.ed. Campinas: Edunicamp, 1997.